

5 – A descoberta do fogo

A oposição do PT é o próprio PT

Delcídio Amaral

A esperança venceu o medo, mas o clima de alegria e comemorações do Partido dos Trabalhadores (PT) não resistiu além da festa da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro operário a assumir a Presidência da República no Brasil. O anúncio dos nomes que comporiam o governo e as primeiras sinalizações da área econômica deflagraram um clima de guerra interna que só faria crescer ao longo do governo em quantidade de ocorrências, intensidade das críticas, diversidade e importância dos autores. O assunto, que no início era tema de conversas reservadas de bastidores, começou a se tornar expressão comum no noticiário político, até ganhar e se tornar lugar-comum nas manchetes dos principais jornais do país.

Um dos mais importantes exemplos da importância que o fogo amigo vinha ganhando no governo ocorreu no dia 17 de junho de 2005. O governo Lula estava no auge da explosão da crise política detonada pelas denúncias de corrupção feitas pelo então deputado Roberto Jefferson, que resultaram na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios para apurar os fatos. O governo conseguiu manter o controle da CPI e indicou o senador petista Delcídio Amaral para presidir as investigações. Amaral assumiu uma tarefa difícil e importante, com responsabilidade e poder sobre o destino do governo e do PT, mas não demorou a virar alvo do fogo amigo do próprio partido e foi para a tribuna do Senado reclamar dos ataques que vinha sofrendo. Naquele dia, o jornal *Estado de São Paulo* publicara uma reportagem acusando Amaral de ter provocado prejuízos de R\$ 2 bilhões à Petrobras quando foi diretor de Gás e Energia da estatal, no governo anterior. O senador atribuiu a origem da denúncia ao Partido dos Trabalhadores e mais especificamente ao seu sucessor na estatal, Ildo Sauer, indicado pelo PT. A fala de Amaral teve grande repercussão na mídia, como mostra a manchete do *Globo* de 18 de junho de 2005: **Presidente da CPI ataca PT e dá ultimato a Lula**. Na página 9 da edição, a reportagem ganhou o título: **“Petista presidente da CPI reclama de fogo amigo do PT”** e relatou a indignação do senador, que chegou a pedir ao presidente Lula a demissão de Ildo Sauer, o que, dado o poder que ganhara junto com presidência da CPI, virara quase uma ameaça ou ultimato, como definiu o *Globo*. Disse Amaral:

“O que aconteceu hoje é um reflexo sublime do fogo amigo. No momento em que tenho uma responsabilidade extraordinária de conduzir, talvez a presidência da CPI mais

importante do Congresso, recebo, como lealdade e como respeito à minha honra pessoal, uma reportagem como esta. Por isso, precisamos fazer uma avaliação clara do nosso comportamento. O maior adversário do PT somos nós mesmos, alguns companheiros que nos acusam injustamente, que querem pôr nas manchetes homens dignos. Esses bacanas que plantam dossiês sistemáticos em revistas e jornais nunca saíram de São Paulo. E essa moletagem tem nome e sobrenome: chama-se Ildo Sauer. Espero que a lucidez do presidente Lula neutralize esse elemento absolutamente nocivo à Petrobras e à vida do governo”.

No dia seguinte, 19 de junho de 2005, a página 7 de *O Globo*, trouxe um artigo de Delcídio Amaral intitulado: **“A oposição ao PT é o próprio PT”**, no qual o parlamentar repete e aprofunda as afirmações que fizera dois dias antes da tribuna do Senado. Diz o texto do senador:

“Acabo de ser mais uma vítima, talvez a mais recente, desse fogo que se diz ‘amigo’, mas que tem causado inúmeros problemas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No momento em que assumo a responsabilidade de conduzir talvez a CPI mais importante do Congresso Nacional, sou apunhalado pelas costas, atingindo por uma reportagem de alto de página do jornal Estado de São Paulo, com chamada de primeira página, onde se afirma que ‘Contratos feitos por Delcídio causaram prejuízos à Petrobras’. Sobre esses supostos prejuízos não cabe falar aqui. Já foram esclarecidos à exaustão pela mídia. O que me leva a ocupar este espaço nas páginas de um jornal com a respeitabilidade do Globo é um alerta ao governo do presidente Lula e ao nosso partido.

É de toda conveniência acabar, já, imediatamente, com essa história de ‘fogo amigo’. Não existe fogo amigo. É fogo. Punhalada pelas costas.”

E num outro trecho, afirma o Delcídio Amaral:

“Infelizmente, parece ser verdade uma das máximas que já caiu na boca do povo, pelo menos daqueles que acompanham a política mais de perto: ‘O PT não precisa de oposição. A oposição do PT é o próprio PT’.

A fala de Delcídio Amaral não é um exemplo clássico de fogo amigo, mas uma interação específica provocada por reação a ele, já que o fogo amigo tem dois momentos: o ato de ameaça à face original, o ataque, e aquilo que poderíamos chamar de defesa, a reação a quem fez o disparo. Ela foi incluída neste capítulo para ilustrar a dimensão que o fenômeno ganhou no governo Lula.

Não foi sempre assim. No começo do governo, as críticas, as discordâncias em relação à atuação do governo não eram bem suportadas, prevalecendo um resquício da prática de fidelidade partidária que marcou a história do partido, ou seja, todos têm sua opinião e discutem, mas a proposta aprovada pela maioria teria que ser seguida. Haja vista o episódio da senadora Heloisa Helena e outros deputados do grupo radical que, por

discordarem da política econômica, acabaram expulsos do PT. Era um momento em que a fidelidade partidária e a noção de equipe ainda estavam muito fortes no governo. Mas com o passar do tempo outras ocorrências vieram, de diferentes pessoas e com maior grau de ameaça. O governo foi se tornando mais flexível, admitindo críticas mais duras, mais pesadas, como mostra o tiroteio público disparado pela ministra Dilma Rousseff contra o ministro da Fazenda Antonio Palocci. Mas mesmo nas interações mais permissivas, a questão da fidelidade partidária, do pertencimento à mesma equipe esteve presente, marcando as características das interações, como uma variável a influenciar as estratégias de polidez utilizadas.

Neste capítulo vamos analisar as características do fogo amigo produzidos pelos dois personagens que deram início ao processo de tiroteio interno: a senadora Heloisa Helena e o vice-presidente da República, José Alencar. Em comum, além do fato de terem sido os pioneiros, eles têm uma história pessoal de quem partiu de uma situação muito modesta, venceu a pobreza, atingiu uma posição de grande status social e chegou ao governo carregando alguns compromissos assumidos com a própria biografia. Ambos fizeram fogo amigo motivados pela perda da identidade do PT. Heloisa Helena era figura histórica do PT e não suportou a mudança na face do partido, na qual a identidade ideológica, de compromissos sociais históricos e repúdio ao setor financeiro foi trocada pelo receituário ortodoxo que tanto agrada aos grandes capitalistas. José Alencar se fez no comércio e depois na indústria. Passou a vida sofrendo com juros altos e pedindo redução das taxas. Aceitou ser vice de Lula por se identificar com a história de vida e com o compromisso social do ex-operário. Uma vez no Planalto, ele também não se conformou em avalizar em silêncio uma política econômica igual a do governo anterior, com os juros altos asfixiando o setor produtivo que ele representa.

Nosso foco será direcionado especialmente para a polidez e noção de equipe, do pertencimento ao grupo ou para contextualizar o léxico, da fidelidade partidária que, teoricamente, deveria impedir os atos de ameaça à face dos membros da equipe.

5.1- A radical

O poder não muda as pessoas, ele as revela
Heloisa Helena

O primeiro confronto duro entre a equipe econômica, mais especificamente o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, – alvo central do fogo amigo que marcou o governo Lula – e integrantes do PT virou manchete ainda na comemoração do primeiro mês do novo governo, quando o *Globo* publicou no alto da página 3 da edição de 2 de fevereiro de 2003 : ***A gritaria dos radicais – Governo Lula completa um mês com esquerda do PT criticando medidas de Palocci.*** A matéria relata reunião do ministro da Fazenda com a bancada do partido. Era o início da série de explicações que Palocci precisaria dar ao longo de sua permanência no cargo. No encontro, o ministro ouviu críticas duras dos chamados radicais do partido, a senadora Heloisa Helena e os deputados João Batista Babá e Luciana Genro. Em respostas às críticas, Palocci afirmou: “*Se tiverem sugestão de como fazer melhor, estamos abertos*”, conforme reportagem de o *Globo* de 3 de fevereiro de 2003.

Heloisa Helena foi a figura mais expoente do grupo dos radicais. Nascida em Pão de Açúcar, município do sertão de Alagoas, foi criada em Palmeira dos Índios e, como a maioria das meninas do sertão, a senadora teve uma infância árida. Criança, trabalhou como bóia-fria e passou fome. Nas festas de fim de ano, a mãe ia para as casas das famílias abastadas trabalhar como costureira, acompanhada dos filhos Helio e Heloisa, que ficavam confinados à cozinha e ao quarto de empregadas. “*Não guardo boas recordações dos meses de dezembro, a não ser a floração do cactus*”, disse a senadora em entrevista ao *Jornal do Brasil* de 11 de março de 2001, página 5. “*Sou uma sobrevivente*”, se define. “*Meninas como eu nascem carimbadas com o destino de viver no quartinho de empregada ou de vender o corpo por um prato de comida, mas algumas se salvam*” (*JB* de 3 de julho de 2005).

Heloisa se salvou. Enfermeira, com pós-graduação em Epidemiologia, professora de enfermagem, sindicalista e ex-diretora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) se elegeu vice-prefeita de Maceió em 1992. A chapa formada por PT e PSD foi eleita inesperadamente, impulsionada pelos efeitos do *impeachment* de Fernando Collor de Mello sobre os eleitores. Dois anos depois se tornou a primeira deputada

PREVIDÊNCIA PETISTA Discursos exaltados marcaram a aprovação do texto no Senado

Heloísa Helena chora, diz que é livre e vota contra o governo



Heloísa Helena (de óculos) cumprimenta a colega Serys Silhassarenko, que chorou ao afirmar que votaria com o governo a contragosto

DE SÃO CARLOS DE BRASÍLIA

Nas mais de oito horas de discussão e votação da reforma da Previdência, os senadores se revoltaram na tribuna do Senado para expor suas razões contra ou a favor da proposta do governo. Piadas, lágrimas e gritos de indignação foram acompanhados por uma plateia de servidores.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), afastada do partido, protagonizou um dos momentos de maior exaltação. Pelo segundo dia seguido, ela chorou na tribuna ao reafirmar seu voto contra o governo. "Prometi a minha mãe que não iria chorar. Eu só tenho a chorar, apesar de toda tristeza, pois sei o significado desse gesto, que estou profundamente feliz. Sou uma mulher livre", disse.

O discurso da senadora foi acompanhado abertamente por todos os 81 senadores no plenário.

"Ninguém é mais PT do que eu. A cúpula palaciana não vai poder manter a estrela do PT mais do que eu", afirmou a senadora.

Horas antes, a petista Serys Silhassarenko (DC) também discursou aos prantos. "Vivo um conflito. O que vamos fazer aqui é uma violação", declarou ela, ao anunciar que votaria com o governo, apesar de discordar. "Acato a decisão do partido."

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ao criticar a reforma, acusou o PT de ser "autoritário". "No PSDB, as pessoas são livres. Votar contra não significa quebra de relacionamento", disse. "O governo 'berzoinizou-se'. Não abriu o coração", ironizou Virgílio, referindo-se ao ministro Ricardo Berzoini (Previdência), criticado por medidas que prejudicaram os aposentados.

Em tom de piada, o senador Efraim Morais (PFL-PB) disse

que o ministro Berzoini precisa tomar cuidado, pois recentemente "um pop star foi preso por estar perseguindo crianças".

Na defesa da proposta governista, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) foi enfático ao afirmar que o apoio à reforma significa "ter consciência". Tanto ele como o senador Paulo Paim (PT-RS) se exaltaram ao dizer que a chamada "PEC paralela", com modificações ao projeto votado ontem, será levada adiante pelo governo.

"Se a PEC falhar, não cumprir sua verdadeira finalidade, esse Congresso vai ser varrido, levando desconfiança generalizada ao povo brasileiro", disse Tebet.

"A 'PEC paralela' não é de bridadeira. Luta me garante que será levada em frente. Quando eu não acreditar no presidente da República, então será que me aliazar do partido", discursou Paim.

FRASES

Ninguém é mais PT do que eu. A cúpula palaciana não vai poder tentar a estrela do PT mais do que eu.

HELOÍSA HELENA (PT-AL)

No PSDB, as pessoas são livres. Votar contra não significa quebra de relacionamento.

ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)

estadual do PT em Alagoas. Em 1996, perdeu a corrida pela prefeitura da cidade, mas em 1998, conquistou uma cadeira no Senado com 120 mil votos de vantagem sobre o adversário Guilherme Palmeira, que vinha de dois mandatos no Senado. Em julho de 2002 desistiu de concorrer ao governo do Estado pelo PT, por não aceitar repetir a aliança feita com o PL para a campanha presidencial. “*O PL em Alagoas é formado por ‘colloridos’, moleques de usineiro e indiciados na CPI do Narcotráfico*”, justificou em reportagem da página A-14 da *Folha de São Paulo* de 14 de maio de 2003. Foi o primeiro choque da senadora com o PT e o governo Lula.

Durona, inflexível em suas convicções, destemida nas palavras e cheia de frases de efeito, Heloísa Helena se tornou estrela maior da ala de esquerda do PT, chamados radicais ou xiitas. Eles abriram o fogo amigo contra a política do governo e acabaram expulsos do partido.

“*Deus me deu um temperamento insuportável e está para nascer o homem que vá me falar para fazer algo que eu não queira*”, afirmou ao *JB* em 2001, muito antes de prever a crise que enfrentaria com o próprio partido quando este virasse governo. Naquela época os ataques de senadora alagoana ainda estavam destinados aos inimigos tradicionais, como o senador baiano Antônio Carlos Magalhães, a quem chamou de “canalha”, da tribuna do Senado, depois de ter seu nome citado em conversas nas quais ACM falara de parlamentares que teriam votado contra a cassação do ex-senador Luiz Estevão, arquiinimigo da esquerda. As conversas se tornaram públicas com a divulgação de gravações clandestinas em que ACM falava sobre a violação do painel eletrônico do Senado. “*Eu nasci negrinha neste mundo não para me dobrar a ninguém, mas para arrombar a porta da senzala. Fui educada e não domesticada para servir os grandes*”.

Os choques entre Heloísa Helena e o novo governo chegaram à imprensa antes de Lula chegar ao Palácio do Planalto. Em dezembro de 2002, os jornais já estampavam a decisão da Senadora de votar contra o nome de Henrique Meirelles, o ex-presidente do Bank Boston, escolhido por Lula para presidir o Banco Central. Começava um bate-boca interno no partido – que até então tinha um rígido código de fidelidade partidária – externalizado pela mídia.

Na edição de 14 de dezembro de 2002, os grandes jornais publicaram ataques do deputado José Dirceu – ex-presidente do PT e futuro ministro-chefe da Casa Civil – à postura da senadora.

“*Vai prevalecer a posição do partido e da bancada. Estamos num regime democrático, mas existe a fidelidade partidária no PT. Agora a senadora não apoiou a candidatura*

de Lula, não fez campanha para Lula. É bom lembrarmos isso. E ela tem se manifestado contrária praticamente a todas as decisões tomadas pelo partido ou pela equipe de transição ou pelo presidente Lula. Ela está se colocando evidentemente à parte do PT” (Folha de São Paulo, 14 de dezembro de 2002, página A2).

A resposta de Heloísa Helena é publicada na mesma reportagem.:

“O ministro foi extremamente injusto e agiu com uma maldade seletiva, ao falar que eu não fiz campanha para o Lula. O PMDB e o PSDB, que fizeram tudo para impedir a eleição do Lula, não têm sido tratados com essa truculência. O ministro sabe que eu estarei, como sempre estive nestes quatro anos no Senado, defendendo o PT. Se ele parar para pensar um pouco, vai lembrar de momentos difíceis no qual o PT contou com minha feroz defesa. Não tenho divergências com o partido. Quem ler a resolução do último encontro nacional do PT, instância máxima do partido, vai identificar a coerência das minhas posições com as decisões.” (Idem, ibidem).

O episódio da aprovação do nome de Meirelles pelo Senado terminou sem a ameaçada punição da senadora que, para evitar votar contra a orientação do partido, não compareceu à sessão. Dias depois, Helena surpreendeu, ao ocupar a tribuna do Senado para fazer uma defesa do governo Lula, comportamento que o jornal *O Globo* chamou de estréia da senadora no papel de situação. Foi para responder ao senador José Agripino Maia, então líder do PFL, que acabara de criticar as ações sociais do governo Lula e previa um futuro negro para o país..

“ Gostaria de criar o prêmio Óleo de Peroba para agraciar esses caras-de-pau” disse Helena, conforme de *O Globo* de 21 de fevereiro de 2003, acrescentando :

“ A situação é reflexo não do governo Lula, mas da política econômica da elite política decadente e cínica das oligarquias regionais que nunca fizeram nada pelo país e se perpetuaram graças ao parasitismo do Estado. Não dá para agüentar calada “.

Mas foi um evento único e que não significou o fim das críticas públicas à política econômica do governo e à reforma da Previdência, sobretudo à proposta de cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados.

“De nada adianta termos batido oito anos no governo e agora não mudarmos o rumo (da política econômica). No momento em que o FMI está sendo desqualificado no mundo todo, nós estamos legitimando esse órgão”, diz Helena na página A5 do *JB* de 6 de abril de 2003.

A discordância, seguida de ausência à sessão para não desobedecer ao partido, se repetiram na eleição de José Sarney para a presidência do Senado. E não puseram fim à briga, nem impediram que a decisão do partido de abrir processo discipli-

nar contra Helena, Babá e Luciana Genro. *“Não posso mentir e dissimular para me livrar de julgamento por uma comissão ética. Não posso abandonar minhas convicções e ser hipócrita”*, afirma na página A7 da *Folha de São Paulo* de 20 de maio de 2005.

A intensidade das críticas da senadora ao projeto de reforma da Previdência foi subindo junto com o aumento da possibilidade de que ela fosse expulsa do partido. O processo contra Heloisa Helena e os deputados Babá e Luciana Genro foi instaurado na Comissão de Ética do PT no dia 12 de maio de 2003.

Em 25 de maio de 2003, em reportagem da *Folha de São Paulo*, Helena classifica a reforma da Previdência como *“proposta que nada faz pelo pequeno, pelo pobre, pelo oprimido”*. Sobre o tratamento dado no projeto aos servidores, a senadora disse que quando a população pobre do país tem problemas de educação, saúde ou segurança *“não é atendida pelos discos voadores do capital internacional, mas sim pelos servidores públicos que serão penalizados”*.

No dia 11 de junho, o ataque da senadora contra a proposta de reforma da Previdência do governo Lula, publicado no *Estado de São Paulo*, é ainda mais voraz: *“é uma farsa que não tem compromisso nem com os pobres nem com os oprimidos e nem com a concepção programática de aparelho de Estado do PT”*. No mesmo dia, a *Folha de São Paulo* traz na página A-4, reportagem com críticas da senadora ao projeto de reforma da Previdência, intitulada, **“Proposta atende a ‘gigolôs’, diz Helena.**

“Defendo uma reforma que possibilite uma ampliação de direitos, e não uma que seja aplaudida pelos gigolôs do FMI, pelos parasitas das corporações e pela direita brasileira, que ao longo dos anos saqueou os cofres públicos e desestruturou o aparelho do Estado”, disse Heloisa Helena. Segundo a reportagem, a senadora chorou ao afirmar que esperava não ser expulsa do partido que ajudou a construir.

No dia 1 de julho, a senadora foi desligada temporariamente da bancada do PT. A medida seria depois encaminhada ao Diretório Nacional do Partido que poderia confirmar ou não a expulsão. A decisão provisória foi uma espécie de última chance para Helena mudar o tom do discurso e optar pela fidelidade partidária, como forma de evitar a expulsão. Mas, mesmo sob ameaça de expulsão, ela não recuou, como mostra reportagem da página A3 do *Estado de São Paulo* de 3 de julho de 2003. *“Mas pelo amor de Deus, só não peçam para ser clínica e dissimulada e dizer que vou votar o que nem sei direito o que é”*. A senadora ainda intensificou o tom da crítica: *“O ape-*

lo que tenho feito a todas as instâncias partidárias é que não me peçam para trocar uma vigarice política”.

Também na edição de 3 de julho, a *Folha de São Paulo*, traz outra declaração de Helena: *“Não sou oposição ao governo, mas existe uma diferença muito grande entre ser base de sustentação e base de bajulação. Eu não tenho coragem de olhar para os olhos dos meus filhos sendo integrante da base de bajulação”.*

A definição da situação de Heloisa Helena acabou empurrada, numa tentativa de forçá-la a sair por conta própria e livrar o partido, governo junto, do ônus de expulsar uma das militantes de história mais respeitável do PT. Como era intenção da senadora disputar a prefeitura de Maceió e, se o fizesse pela sigla do PT, e depois fosse expulsa, ela não poderia manter a candidatura por outra legenda. Mas Helena não se moveu, disse que não sairia do PT por causa da eleição, manteve e até acirrou suas críticas ao governo, como mostra reportagem **“Helena diz que eleição não a fará deixar o PT”**, publicada na página A-8 da *Folha de São Paulo* de 30 de setembro de 2003:

“Nos primeiros nove meses de governo, a política macroeconômica foi conservadora, de continuidade do governo Fernando Henrique e subserviente aos mercados. Poderá mudar. Não por decisão unilateral do governo, mas por pressão da realidade objetiva, dos movimentos sociais de setores da militância partidária”.

O projeto de reforma da Previdência chegou ao Senado, com a situação de Heloísa Helena no PT ainda indefinida. Na véspera da votação, a senadora falou sobre o tema e reafirmou sua decisão de votar contra o governo, mesmo sabendo que isso significaria assinar sua expulsão. Em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*, publicada em 24 de novembro de 2003, ela manteve a postura crítica: *“Na oposição éramos pit Bull e, quando viramos governo, temos que ser poodle de madame. Pode até dar uns gritinhos histéricos, desde que o dono permita”.* E voltou a atacar o projeto de reforma da Previdência:

“A proposta que foi acatada pelo PT sem o devido debate foi montada sob a égide dos acordos com o FMI e Banco Mundial. Nunca imaginei que estaríamos aqui vivenciando a reprodução de um projeto de reforma neoliberal, nos mesmos moldes do governo Fernando Henrique.”

No dia 26 de novembro, a proposta de reforma da Previdência foi aprovada no Senado, com voto contrário da senadora. Antes de votar não, ela fez um discurso emocionado que comoveu parlamentares do governo e oposição, levou até jornalistas às lágrimas e foi destaque nos jornais. **“Heloísa grita, chora, ataca e diz não”** é ma-

téria principal da página A8 do *Estado de São Paulo* de 27 de novembro de 2003. “*Sou uma mulher livre*”, sintetizou Helena para explicar seu voto contra o governo. “*Não sinto neste projeto nada que procure resolver a dor dos excluídos, dos marginalizados e dos filhos da pobreza*” atacou. E sobre a dissidência do PT, afirmou:

“Dei os melhores dias da minha vida enfrentando o crime organizado, as oligarquias degeneradas, decadentes e cínicas. Ninguém é mais PT do que eu. Se a cúpula palaciana é uma base de bajulação, se quer ostentar melhor a estrela do PT no PT, não vai poder ostentar mais do que eu, porque eu tenho o direito de fazê-lo... Vou votar como o PT que em 1998 votou seis vezes contra a taxaçoão dos inativos .”

A senadora Heloísa Helena protagonizou alguns dos mais radicais e intensos ataques de fogo amigo sofridos pelo governo e inaugurou o fenômeno. E o fez sem citar um nome. Foram ataques certos, que atingiram diretamente faces graduadas do governo, mas pautados em idéias, convicções, despersonalizados. E não foi por falta de coragem, porque ninguém bateu com tanta determinação quanto ela. É um estilo, conforme ela mesmo explicou ao JB em 30 de novembro de 2004, página A4. Helena ataca idéias, não pessoas. Não fala que a culpa é de Palocci, atribui ao governo. Diz que há crime, mas não chama ninguém criminoso:

“Tenho muita dificuldade de fazer críticas centradas em uma personalidade política. Às vezes, você passa a ser injusto, atribuindo todas as mazelas a uma única pessoa. Do ponto de vista da tática política é muito bom. Como o Lula tem alta popularidade, ninguém toca nele. A política econômica não reproduz uma idéia circunscrita aos neurônios palocianos, mas palacianos. É resultado de um modelo que o governo assumiu. Na política econômica, o que mais me dá tristeza é estarmos legitimando a maldita propaganda triunfalista do FMI e das instituições de financiamento multilaterais. É um crime.”

5.2 – O vice de uma nota só

Vice-presidente é vice-presidente, não manda nada.

José Alencar

De todos os críticos internos que o governo Lula teve, nenhum foi tão frequente, insistente, repetitivo mesmo, quanto o vice-presidente da República José Alencar. Mineiro, 70 anos, oriundo de família pobre, Alencar, como Lula, começou a trabalhar aos 14 anos e deixou a escola ainda mais cedo que o colega de Planalto, na primeira série do ensino básico. Lula chegou à quarta.

O vice-presidente começou a vida como vendedor em Belo Horizonte, abriu depois uma modesta lojinha de tecidos, chamada A Queimadeira e, partir dela, construiu a Coteminas, império bilionário do setor têxtil formado por 11 fábricas, 16 mil funcionários e marcas de peso com Artex, Santista e Calfat. Dos tempos de pobreza, manteve a fama de pão duro, o jeito simples de homem do interior e a fala arrastada, uma face de caipira que acabou assumindo e transformando em marketing pessoal. “*Sou mineiro, mineiro, nascido em Minas*”, costumava afirmar. (JB, 2 de julho de 2001, página 6).

A história pessoal e o fato de ser senador pelo PL no segundo colégio eleitoral do país fizeram do mineiro o vice dos sonhos, cortejados por todos os quatro candidatos que disputaram a eleição de 2002: Lula, José Serra, Ciro Gomes e Anthony Garotinho. Alencar escolheu o petista e chegou ao Palácio do Planalto. A decisão, explicou, não foi por causa da liderança de Lula nas pesquisas ou pela simbologia gerada pela chapa que unia capital e trabalho, mas pela concordância de idéias:

“Tenho o maior apreço por todos eles (os demais candidatos), mas os objetivos sociais a que Lula se propõe são absolutamente prioritários. A principal meta desse país não pode ser mais o controle da inflação, mas sim o desenvolvimento social e o desenvolvimento do capital construído pelo trabalho” (JB, 3 de novembro de 2002, p.A12).

Na mesma entrevista, o então vice-presidente eleito, atribuiu à discordância da política de juros altos o fato de ter recusado convite para ser ministro do governo Fernando Henrique Cardoso. Portanto, não chega a ser totalmente surpreendente ou incoerente – embora tenha surpreendido muitas pessoas – os ataques aos juros altos do seu próprio governo feitos por Alencar desde os primeiros dias do governo.

2 | POLÍTICA

Correio Braziliense
BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, 20 DE ABRIL DE 2005
Editor: Cláudio Assis Jr. claudioassis@correio.com.br
Subeditor: José Carlos de Sá. carlos@correio.com.br
e-mail: pol@correio.com.br
Tel. 314-1154 / 314-1155

ENTREVISTA / JOSÉ ALENCAR

Vice-presidente reconhece que discurso de campanha ainda não foi implementado e volta a criticar os juros

JOSÉ ALENCAR afirma que o Brasil precisa de uma reforma estrutural para superar a crise econômica e que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho. O vice-presidente reconhece que o discurso de campanha ainda não foi implementado e volta a criticar os juros.

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

"Temos de fazer a revolução"

CORREIO BRAZILIENSE — No momento, o senhor acha que os indicadores econômicos do Brasil estão melhores do que os da maioria dos países? **JOSÉ ALENCAR** — Não, acho muito ruim. O Brasil não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico. Temos de fazer uma revolução econômica. Isso significa que temos de fazer uma reforma estrutural para superar a crise econômica e que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho. O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.



ESTAMOS A CADA DIA CONVIVENDO COM A ADMINISTRAÇÃO ESCASSA DE RECURSOS. O BRASIL ESTÁ LIQUIDADADO COM ESSA TAXA DE JUROS. NÃO PODE CONTINUAR ASSIM

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

CORREIO — De onde vem esse pessimismo, senhor? **JOSÉ ALENCAR** — Estamos vivendo um momento em que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico. Temos de fazer uma revolução econômica. Isso significa que temos de fazer uma reforma estrutural para superar a crise econômica e que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho. O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, afirmou nesta terça-feira (19) que o país não tem mais condições de continuar no atual caminho econômico e que o discurso de campanha ainda não foi implementado.

Na verdade, ele estava sendo fiel às suas idéias e de alguma forma foi traído pelo presidente, a quem escolhera por ser o candidato que não teria como meta prioritária “o controle à inflação e sim o desenvolvimento social”. E foram tantas e tão insistentes as críticas, que exigiram esforço do próprio Alencar para diversificar os adjetivos e amenizar sua própria repetição sobre o mesmo tema.

O sofrimento de José Alencar com juros vêm de muito longe e são quase um trauma de família, como mostra matéria de Romualdo de Souza, publicada página A-15, do *Jornal do Brasil* de 16 de setembro de 2004, cuja a íntegra reproduzimos a seguir:

O trauma de José Alencar

Desde os tempos de moço interiorano, Jose Alencar é perseguido pelo fantasma dos juros. O que quase ninguém sabe é que por trás desta obsessão do hoje vice-presidente da República, oculta-se um trauma familiar. Em 1949, em Caratinga, interior de Minas Gerais, José decidiu sair de casa e ganhar a vida por conta própria, mas precisou pegar dinheiro emprestado com o irmão mais velho.

Nascido em uma família de 15 irmãos, José Alencar tinha 18 anos quando ganhou a emancipação do pai e começou a lutar pela independência financeira. O início efetivo dos negócios, que o levaram a se tornar um dos mais bem sucedidos empresários do setor têxtil, ocorreu quando o irmão mais velho, Geraldo Gomes da Silva, lhe emprestou 15 mil cruzeiros.

– Ele me cobrava 1,5% de juros mensais. Eu, morando em Caratinga, e ele, em Ubá. Todo mês eu depositava 225 cruzeiros, para crédito na conta do meu irmão - lembrou Alencar, ao participar na terça-feira à noite de uma solenidade da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra).

Alencar disse que, “um belo dia”, o gerente do extinto Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, que também se chamava Geraldo (Santana), quis saber o porquê daquele depósito mensal.

O moço, que jamais sonhou ser vice-presidente e que empunharia a bandeira da redução dos juros, contou ao gerente o acordo financeiro. O gerente se espantou e chamou a atenção de Alencar: – Seu irmão não pode cobrar essa taxa de juros – advertiu o aliado insuspeito, – está errado. Isso é fora da lei. Taxa de juros é, no máximo 1%, está lá na lei da Usura, de 1933, de Getúlio Vargas.

Meses depois, o irmão Geraldo Gomes deixou Ubá, no sul de Minas, e foi visitar José, em Caratinga, no Leste do Estado. Chegando lá encontrou o irmão inquieto.

No almoço eu falei grosso:

– Escuta aqui, Geraldo, você está me cobrando um juro fora da lei. Tem a Lei da Usura, que proíbe isso – lembrou Alencar. – Foi aí que ele me desmontou, afirmando:

– Escuta, meu irmão, eu nunca te cobrei juros.

Alencar ficou assustado e retrucou:

– Mas já tem quase um ano que eu deposito todo santo mês 225 cruzeiros, você não tem recebido o dinheiro?

– Claro que tenho. Tenho recebido tudo, mas não são juros – contestou Geraldo.

– Se não for juros, o que é então?, reagiu Alencar

– É aluguel do dinheiro – rebateu o irmão mais velho, pondo fim à discussão.

Foi a partir desse episódio familiar que José Alencar iniciou sua cruzada contra as altas taxas cobradas no país. E hoje ele sonha contar com o engajamento dos empresários para reduzir os juros, que considera uma “loucura e um despropósito”.

Mineiríssimo, apaziguador, o vice não tinha intenção de atingir direta ou pessoalmente a face de nenhum integrante do governo. O que ousava adjetivar eram os juros altos, a política econômica e não a face das pessoas, embora essa regra tenha tido suas exceções. No dia 11 de março de 2003, quando o governo mal completara dois meses, Alencar afirmou durante almoço com empresários brasileiros e estrangeiros:

“Há realmente uma incompatibilidade entre as altas taxas de juros e desenvolvimento. O Brasil não agüenta mais essas taxas de juros. Elas sacrificam a economia não só pelo custo que representam na rolagem da dívida, mas também pelo entrave ao desenvolvimento.” (JB, 11 de março de 2003, página A10).

Na mesma palestra, porém, Alencar, defendeu a política econômica do governo e o ministro Palocci: *“Há pouco tempo o ministro da Fazenda disse que os juros altos são remédio e a doença é a inflação. Diagnóstico e receita estão corretos. A inflação deve ser contida e não é possível fazer isso sem sacrifícios.”*

Mas o empresário inconformado não conseguia conter seu ataque à elevação dos juros: *“O Brasil está encabrestado com essa taxa de juros despropositada. Isso não pode continuar, sob pena de transferirmos todos os nossos esforços para os bancos”*, disse em 10 de abril de 2003 (Folha de São Paulo, A 13).

Em maio, nova crítica, mostra a reportagem **“Taxas de juros são um assalto, diz Alencar”** da página B8 do *Estado de São Paulo* de 8 de maio de 2003.

“As taxas de juros no Brasil são proibitivas, um verdadeiro despropósito e, em determinados casos, a gente poderia taxá-las de um assalto”, afirmou. Na mesma reportagem, o vice defende que as taxas de juros básicas do país, então em 26,5% ao ano, deveriam ser iguais às praticadas nos Estados Unidos, àquela altura em 1,25% ao ano.”

No dia 21 de maio de 2003, uma nova reunião do Banco Central decidiu manter a taxa de juros estabilizada, apesar da pressão do mercado por uma queda, e Alencar questionou a competência da diretoria do BC:

“Claro está que nós não podemos de forma nenhuma aceitar isso.... Eu espero que eles (os diretores do BC) tenham uma razão muito convincente para a decisão que tomaram. Se eles, que são honestos e sabem mais do que eu, me convencerem, dou a mão à palmatória”, disse Alencar. (Folha de São Paulo, 23 de maio de 2004, B4)

O ataque mais direto à diretoria do BC gerou uma resposta de Henrique Meirelles, presidente da instituição, na reportagem, “**BC é competente, diz Meirelles a Alencar**”, alto da página B-4 da *Folha de São Paulo*, de 23 de maio de 2003.

“Na leitura cuidadosa das declarações (de Alencar), o que existe é algo um pouco diferente, é quase um chamamento, um apelo no sentido de que se trabalhe pela redução dos juros no longo prazo. Francamente não entendi nenhuma crítica nesse sentido (de faltar competência ao BC).”

Ao fazer tal afirmação, Meirelles usou a estratégia da negação para fazer parecer que o ataque sofrido não foi percebido tão grande quanto realmente foi. A elevação do tom e a maior diretividade das críticas do vice também provocaram reação no presidente Lula. “**Declarações de Alencar irritam presidente**” é a matéria principal do caderno de política do *Estado de São Paulo* de 23 de maio de 2005, página A1.

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está irritado com o tom e a frequência com que o vice-presidente José Alencar vem criticando a decisão sobre a taxa de juros. Embora autorizado por Lula a falar livremente de economia, o vice fez do tema uma bandeira que passou a carregar em seus compromissos e aparições públicas, caracterizando uma oposição à forma como a equipe econômica do governo vem conduzindo a economia, justamente num momento em que o presidente considera fundamental o combate à inflação”, diz o lead da reportagem, montada sem aspas do presidente, mas com informações de terceiros e de bastidor.

O próprio Alencar também tentou justificar sua atitude, conforme reportagem da *Folha de São Paulo*, de 23 de maio de 2003: “Sempre critiquei, a minha vida inteira. Acho que as críticas contribuem. Tenho compromisso com a minha história de vida”, afirmou. “O dia em que eu perder minha coragem, peço desculpas e volto para casa”

A fala mostra um claro paralelo entre as identidades e as posturas de Alencar e Heloisa Helena, por mais diferentes que, em princípio, os dois possam parecer. O empresário do Partido Liberal não percorreu a trajetória de luta política de esquerda da senadora, mas respeita um compromisso com a sua história de vida. Diz que quando perder a coragem pede desculpas e volta para casa. A senadora fez discursos semelhantes, falando que não poderia olhar nos olhos dos filhos se entrasse para a base de bajulação do governo ou que não pode abandonar suas convicções e ser hipócrita

ou ainda que está para nascer o homem que falará para ela fazer algo que não queira. As diferenças são mais de estratégias: Heloisa Helena é a heroína do sertão, áspera e forte como o mandacaru. Faz ataques diretos e cortantes, carregados de sentimentos e convicções, bonitos como flor de cactus. Alencar é empresário, tenta se apoiar em números, nos dados mais técnicos. É também mineiro “mineiro mesmo, nascido em Minas”. Não bate tão forte, nem tão diretamente. Fica num vai e vem, morde e assopra, num sobe-e-desce de quem quer permanecer no muro.

No dia seguinte às críticas constrangedoras, Alencar participou de um evento de revitalização de ferrovias ao lado de Lula, que segundo o *Estadão* de 24 de maio de 2003, não escondeu sua irritação com as críticas do vice e até desistiu de discursar. Provocado pelos repórteres, Alencar usou a estratégia de evitação para não falar de juro e, assim, não realizar novos atos de ameaça à face de colegas de equipe. Assediado pelos jornalistas saiu pela tangente. Quebrou a máxima da qualidade e deu respostas que não correspondiam às perguntas, não contribuiu para a interação tal como solicitado:

“Vocês acham que sou ministro dos Transportes?”

E os juros, insistiram os jornalistas:

“Tenho certeza que as ferrovias vão melhorar” desconversou Alencar.

O presidente reclamou do senhor por ter criticado os juros?

“Não, não sou ministro dos Transportes”, respondeu.

O senhor não fala de juros?

“Hoje não é dia disso (juros). O presidente vai viajar e daqui a pouco eu vou assumir a presidência.”

Dois dias depois, em viagem ao Peru, o presidente Lula comentou o comportamento dos juros, tentando justificar a atuação do governo. Vale ressaltar que além das críticas de José Alencar, naquela mesma semana, a imprensa também havia publicado as críticas do ministro José Dirceu, que fora flagrado criticando a política econômica num discurso que ele não sabia que estava sendo transmitido para a imprensa e que será analisado mais detalhadamente no capítulo seguinte. **“Não fui eleito para quebrar o país, diz presidente”**, é o alto da página A5 do *Estado de São Paulo* de 25 de maio de 2003.

“Fui eleito para retomar o desenvolvimento, fazer a economia crescer e criar emprego. Estou consciente de que os passos estão sendo dados, de forma equilibrada. Não briguei para ser presidente para fazer o que os outros fizeram... Vamos acertar a taxa Selic porque ela tem efeito psicológico extraordinário na sociedade e, sobretudo, traz uma economia fantástica para o governo, que é o único responsável por ela.”

O presidente disse estar mais preocupado com os juros de mercado.

“O pequeno empresário que quer fazer capital de giro não está pagando 26,5%, mas 50% a 60% no sistema financeiro. A dona-de-casa que compra uma geladeira para pagar em 24 meses está na verdade pagando 180% ao ano....A política de juros não é interesse de Lula, do José Alencar, do Dirceu, do ministro Antônio Palocci (da Fazenda), desse ou daquele grupo econômico. É uma necessidade para melhor distribuir a riqueza do nosso país.”

A confusão do episódio e a reação do presidente Lula também se refletiram no vice-presidente que, na entrevista seguinte, publicada pela *Folha de São Paulo* de 29 de maio de 2003, afirmou: *“Vice-presidente é vice-presidente, não manda nada. O vice pede e sugere humildemente.”*

À primeira vista, a fala de Alencar expressa uma crise de humildade e o reconhecimento de que sua posição no governo é secundária. Mas não é apenas o que parece. As implicaturas da fala indicam também uma certa ironia do vice para reclamar, ainda que da forma mais indireta possível, da atitude do presidente e do resto do governo de não dar ouvidos às suas queixas. Ele parece apontar para uma posição que lhe está sendo imposta, e que não é a aquela que ele reivindica para si. Tanto assim que a postura humilde não resistiu até o próximo encontro do vice com a imprensa. Quatro dias depois, em 3 de junho de 2003, José Alencar tinha trocado a posição de vice pela de presidente interino e o *JB* stampa na página A-8: *“Como vamos gerar emprego e acabar com o subemprego sem crescer? E como vamos crescer se a Selic é de 26,5%? Os investimentos na economia só adirão quando os juros forem compatíveis com a atividade produtiva”*, atacou Alencar.

Inconformado com sua impotência para baixar os juros, o vice ainda aventa a hipótese de ter alguma ingerência sobre as taxas, nem que seja no sentido contrário ao desejado: *“Dizem que as taxas de juros não baixaram porque eu falei. Então, de pirraça eles não baixaram”*. E adicionou uma nova qualificação para os juros e um tom mais grave às críticas: *“Isso dos juros bancários não é apenas um despropósito, mas um assalto... nunca houve na história do Brasil maior transferência de renda do trabalho para o sistema financeiro”*, afirmou.

O fogo amigo de Alencar incomodou até a oposição que, pelo papel clássico, deveria comemorar as trapalhadas do governo. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que as opiniões do vice-presidente da República sobre as decisões de política monetária do Banco Central são “abiloladas” (palavra que significa tanto amalucadas como apaixonadas), segundo texto da página A- 8 do *JB* de 3 junho de 2003.

Mais polêmicas ainda foram as afirmações de que o trabalho da equipe econômica estava dando errado e, portanto, a decisão sobre o tema deveria mudar de

mãos, reproduzidas na reportagem “**Alencar diz que questão dos juros é decisão para político**”, publicada na página B-3 da *Folha de São Paulo* de 3 de junho de 2003. Diz o texto:

“O vice-presidente José Alencar afirmou ontem que os juros altos ‘matam a economia’ e sugeriu que as definições sobre o assunto sejam tomadas na ‘esfera política’ de agora em diante, porque as decisões técnicas ‘têm dado errado’. Para ele, que ontem ocupava interinamente o cargo de presidente da república, a decisão dos juros ‘não é decisão para economistas, é decisão para político. Sobre os juros cobrados pelos bancos, Alencar disse que ‘nunca houve na história do Brasil maior transferência de renda oriunda o trabalho em benefício do sistema financeiro. É um absurdo o que está acontecendo. Esses juros, afirmou, não são apenas um despropósito, são um assalto.’”

O presidente interino ainda fez questão de ultrapassar a adjetivação pura e simples e usou argumentos técnicos para explicar porque o trabalho da equipe econômica estava errado.

“O problema maior do Brasil é que as taxas de juros praticadas para combater a inflação são um equívoco, porque a inflação não é de demanda, é de custo. E é de custo também por um equívoco, que é outra herança nefasta que nós recebemos, que é o problema desses contratos que foram feitos nas privatizações”.

As afirmações do presidente interino deixaram claro seu desalinhamento com o titular do cargo, que estava em viagem ao exterior, e a total ausência da cooperação que se espera de membros de uma mesma equipe. Praticamente ao mesmo tempo em que Alencar atacava os juros no Brasil, em Genebra, Lula defendia, a necessidade de o BC manter o trabalho de combate à inflação, como mostra a reportagem “**Decisão política sobre juro opõe vice a Lula**” publicada na página B1 da mesma *Folha de São Paulo* de 3 de junho de 2003:

“A discussão sobre taxas de juros ganhou ontem novo contorno quando o vice-presidente defendeu que a decisão seja tomada na ‘esfera política’. As declarações de Alencar, que ontem ocupava interinamente a Presidência da República, foram feitas de Brasília por volta do meio-dia. Praticamente no mesmo horário brasileiro, mas em Genebra, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) falaram sobre o tema. Para Lula, ‘ não se baixam os juros com bravata’. Para Palocci “ou você tem um BC para combater a inflação ou um BC político”.

O constrangimento público provocado pelo choque de idéias explícito e simultâneo estremeceu as relações entre o presidente e seu vice e esse fato também foi parar nas páginas dos jornais do dia seguinte. “**Lula quer dar um basta às críticas de Alencar**” é a matéria principal da página A6 do *Estado de São Paulo* de 4 de junho de 2003. É uma reportagem sem falas diretas do presidente, mas com informações da insatisfação do presidente repassada por terceiros. Na mesma página, o *Estado* traz a versão de Alencar, com a coordenada “**Vice é um pote de mágoas com governo**”. No texto Alencar também expõe sua insatisfação, seu sentimento de ter si-

do menosprezado, ter tido sua face ofendida, reclamação também feita por meio de porta-vozes extra-oficiais:

“Se não me procuram, se o Lula não me consulta nunca para coisa alguma e não precisam de mim para nada, então estou liberado para dar minha opinião pessoal sobre qualquer assunto”, queixou-se o vice a mais de um interlocutor nos últimos dias, chateado com sua pouca “serventia” no governo.

Na mesma edição, o *Estado* traz mais uma reação de alguém de fora do governo contra a atitude de José Alencar: **“Sarney critica vice-presidente e diz que faltou solidariedade”**, publicada na página A-7. Diz o senador do PMDB: *“Todos nós somos contra as altas taxas de juros, todo mundo deseja que elas caiam, mas uma coisa são os juros e a outra é a falta de solidariedade do vice-presidente em relação às decisões tomadas pelo presidente da República.”*

José Sarney, político de longa experiência, vice que assumiu como interino e acabou cumprindo o mandato inteiro por causa da morte do titular Tancredo Neves, destaca as regras do ritual político, da face assumida, da equipe, das coisas que se pensa, mas não se fala:

“Confesso que achei estranha a posição do vice-presidente, acho que o vice deve ser um homem aliado do presidente e sobretudo do país”, condenou Sarney. “E no momento em que o governo toma medidas, naturalmente ele (o vice) tem confiar que essas medidas são tomadas em razão do interesse público”.

Na edição do dia seguinte, 5 de junho de 2003, *O Estado de São Paulo* relata conversa de Lula para pedir que o vice suspenda as críticas, na reportagem **“Alencar ouve Lula mas não recua das críticas”**. Diz o texto:

“Lula e Alencar conversaram por 40 minutos na Base Aérea de Brasília ontem, mas, pouco depois de ter ouvido do presidente ponderações sobre a inconveniência das divergências públicas com a equipe econômica e os prejuízos que poderiam ser causados à economia, Alencar repetiu as críticas a vários interlocutores que estiveram ontem em seu gabinete, embora tenha evitado dar declarações à imprensa”.

Alencar tornou-se vice para levar o desenvolvimento ao país. Num esforço de ser coerente com essa sua face ele ataca a política do governo. Num esforço de ser coerente com a posição de aliado, de membro da equipe, ele por vezes se cala. O tempo todo ele é contraditório, expressa a dificuldade de ser, ao mesmo tempo, fiel a si mesmo e a um presidente que rompeu com suas promessas históricas. Transita entre atitudes de quem é e não é daquela equipe, até porque, sendo, tem cargos mas não tem voz ativa, “não manda nada”.

E o silêncio de José Alencar com imprensa durou menos de 24 horas.

No dia 6 de junho, a *Folha de São Paulo* publica na página A-4: **“Alencar volta a criticar BC e pede cruzada contra juros”**, em que o vice afirma: *“Nós temos que nos unir numa verdadeira cruzada que não é para matar ninguém, mas para conscientizar o Brasil de que o país precisa mudar isso (juros altos)”*.

Na edição de 7 de junho, a *Folha de São Paulo* chama Alencar de vice-problema, no subtítulo de matéria: **“Alencar se diz ‘afinado’ com Palocci, mas depois ataca BC - Vice-problema: Ministro se reúne com vice, que compara Banco Central a ‘contador’**. O texto relata o resultado de uma reunião de mais de uma hora entre Alencar e o ministro da Fazenda Antonio Palocci.

“Nós estamos rigorosamente afinados. Estamos no mesmo barco. Assino qualquer medida proposta pelo presidente (sic) Palocci, que é um craque, é um homem de bem, e eu não tenho dúvida nenhuma de que o Brasil está muito bem entregue”.

Palocci disse que tinha sido um “enorme prazer” falar com o vice.

“Tivemos uma extensa e agradabilíssima conversa sobre as necessidades de desenvolvimento e de crescimento do Brasil. Vocês sabem o quanto eu admiro o nosso vice-presidente José Alencar, o quanto ele te sido importante para o nosso governo e para somar esforços no grande desafio do crescimento do Brasil.”

Questionado sobre as críticas de Alencar, Palocci respondeu com uma pergunta: *“Que críticas?”* Ele disse que encara as “palavras” de Alencar como contribuições para um debate necessário para o país. Disse também que recebeu o país com uma inflação explosiva, que o obriga a fazer uma gestão austera da economia. *“Mas essa gestão austera tem como mote o crescimento do país”*, ressaltou.

Quando Palocci foi embora, Alencar voltou para seu gabinete. Meia hora depois, ao sair para almoçar, o vice-presidente voltou a falar sobre juros e retomou os ataques. *“... o que eu tenho falado não é uma opinião superficial minha, isso é uma opinião de todas as pessoas que têm um mínimo de conhecimento das coisas. O Brasil precisa voltar a crescer. É absolutamente essencial que o Brasil volte a crescer. Faça investimento. Para isso tem que haver condições”*, declarou. E afirmou ainda que os brasileiros precisam despertar para os custos do capital, que *“estrangulam”* a capacidade de desenvolvimento (*Folha de São Paulo* - 07/06/03, p.A-4).

A face construída pelo vice em sua contínua briga pela redução das taxas de juros, também ganhou espaço na imprensa. É o que mostra a reportagem **“Vice é chamado de ‘nosso herói’ em jantar com o PL”**, publicada na mesma página A-4 da *Folha de São Paulo* de 07/06/03. *“Marcado havia cerca de um mês, o jantar do vice-*

presidente José Alencar com a bancada de seu partido, o PL, anteontem à noite, teve o tom de desagravo. Saudado de “nosso herói” por deputados e senadores, o vice respondeu: “Já estou muito velhinho para ter a atenção chamada pelos mais novos”, disse em uma das rodas.

E o vice-presidente não dá descanso, num contínuo processo de ataque aos juros e à política econômica, numa busca por adjetivações novas, como mostram mais alguns exemplos que se seguem:

“Alencar diz que taxas do país são “impossíveis” (JB – 23/06/03 – página B6)

“As taxas de juros do país são absolutamente impossíveis de serem remuneradas por qualquer atividade produtiva. Esse é um regime de juros que nós herdamos”

“Alencar reclama de censura” (JB – 29/06/03 – página B-8)

“A Constituição de 88 acabou com a censura, exceto com a censura de bater nas taxas de juros. Esta censura existe e eu tenho sofrido e sido vítima dessa censura. Até com a distorção do que eu falo”, afirmou Alencar, acrescentando que a censura parte de todos aqueles que são contra cortes nos juros.

“Alencar diz que 2003 está perdido” (JB – 19/08/03, página B-4)

“Pode-se dizer que o ano está perdido. Nós já perdemos duas décadas (80 e 90) e temos de dar um jeito... Eu não entro no assunto Copom, falo do ponto de vista filosófico e político. E, do ponto de vista filosófico e político, as taxas de juros no Brasil são um verdadeiro regime despropositado”.

Mercado reduz previsão de expansão do PIB - Alencar não vê contradição entre ele e o presidente – Vice diz que é mais “apressado” do que Lula na questão dos juros (O Estado de São Paulo – 26/06/03, página B-3)

“Eu não contrário, de forma alguma, o que disse o presidente” – salientou Alencar, em entrevista ao programa Primeira Página, da TV Alterosa, e ao jornal Estado de Minas. “O que eles falam é que o ano foi para consertar o Brasil. De fato, é verdade. Se não houvesse o ataque ao combate à inflação, tudo se teria perdido, porque a inflação recrudescia no final do ano passado”

“Eu sou um pouco mais apressado. A minha cultura é toda empresarial. Eu penso que se deixar passar da hora, fica mais difícil... As taxas reais são as mais altas do mundo. A taxa básica Selic, mesmo a 22% ao ano é, em determinados casos, 20 vezes superior às taxas de determinados países”

Alencar critica política monetária (JB – 30/03/04, página A-21) - **Para vice-presidente, juros altos do Brasil conduzem o governo Lula a praticar “irresponsabilidade fiscal”**

“A rigor, ainda que o governo queira adotar uma política fiscal absolutamente responsável, esta política, do ponto de vista fiscal, acaba sendo irresponsável porque o déficit é muito grande. Responsabilidade fiscal significaria ter 10% de superávit primário, que seriam R\$

180 bilhões..... Não consigo entender como a Índia, um país muito mais pobre que o Brasil, rola sua dívida a uma taxa real de 1,5% e nós pagamos juros reais de 10%

5.2.1 – Alencar sobe o tom

O ano de 2005, o terceiro do governo Lula, chegou sem mudanças no comportamento de José de Alencar. O vice continuou atacando os juros e a política econômica, ora com mais ora com menos repercussão, resultado sobretudo do excesso de críticas do vice que, batendo sempre na mesma tecla, foi muitas vezes tratado como “notícia velha” pela imprensa. O que mudou foi apenas o calibre do fogo amigo produzido por Alencar que, talvez até num esforço para conseguir da mídia os ouvidos que não encontrava no Planalto, elevou o tom das críticas, reforçou os adjetivos. De despropósito, impossível, ele passou para crime e chegou até a pacto com diabo.

Uma das matérias que mais gerou repercussão foi um ping-pong de duas páginas publicado simultaneamente nos jornais *Estado de Minas* e *Correio Braziliense*, em 20 de março de 2005. Na entrevista, ele volta a atacar os juros e expõe as dificuldades de sua relação com Lula, dizendo que não sabe se aceitaria ser vice dele novamente. Nas entrelinhas, Alencar revela que se não age como integrante da equipe, também não se sente mesmo para do governo. “*Um segundo mandato dele, é um segundo mandato dele.*” E deixa claro seu ponto central de atrito com governo, a questão da identidade histórica do PT não ter sido assumida no governo, quando afirma que “*nosso discurso de campanha ainda não assumiu o poder.*” A importância da reportagem como objeto de análise pode ser entendida pelo próprio título “*Temos que fazer a revolução*”, que sintetiza a relação de Alencar com Lula e ajuda a entender o contexto do fogo amigo no governo. É o grande empresário, o Partido Liberal, o representante do capital assumindo o discurso da revolução, abandonado pelo Partido dos Trabalhadores, braço histórico da esquerda no país. A seguir os trechos mais significativos, do ponto de vista lingüístico das falas do vice que, nesse momento, já acumulava também o cargo de ministro da Defesa.

Entrevista // José Alencar (Correio Braziliense – 20/003/05)

“Temos de Fazer a Revolução” - Vice-presidente reconhece que discurso de campanha ainda não foi implementado e volta a criticar os juros

“O Brasil pratica as taxas de juros mais altas do mundo.... Entre todos os países civilizados, o Brasil é o único que não adota a política monetária corretamente.

“... Estamos adotando uma política monetária de taxa de juros elevada para combater a inflação, quando grande parte dela é inflação administrada. Administrada por quê? Porque são contratos que têm cláusulas de indexação que repassam reajustes ao consumidor com base naquele índice. Não há taxas de juros no mundo capazes de combater esse tipo de inflação.”

“... Não tenho dúvida nenhuma de que o Brasil tem melhores condições do que a esmagadora maioria dos países que pagam 1/10, 1/12 e até 1/20 e 1/30 da taxa real que pagamos. Estamos com taxa básica real de 12%. A média de 140 países é coisa de 1%. Média!”

... O governo tem que fazer a revolução. Isso é a revolução. Você pode falar assim: “revolução armada?” Vão sair ilações: O José Alencar está querendo fazer uma revolução armada. O que significa revolução? Há outros significados, mas revolução, a rigor, é o rompimento de convenção. Convencionou-se que temos de adotar essa política. Eu, por exemplo, sou contra ela, e só acredito numa saída rompendo com ela de forma revolucionária. E como se rompe com ela? Denunciando-a ao mundo.

... O Brasil está liquidado com essa taxa de juros. Não pode continuar assim.”

Correio: Há perspectiva de mudança, de implementação dessa revolução que o senhor prega?

“Vice não manda nada. Pede, com empenho”.

Correio: E o senhor tem pedido?

“O meu Deus! Como tenho”

Correio: Em sua avaliação o governo Lula caminha para uma mudança de política macroeconômica?

“Não”

Correio: O senhor acha que num segundo eventual mandato do Lula haveria perspectiva de reorientação da política econômica do governo?

“É claro que isso aí é uma pergunta que não me cabe responder. Um segundo mandato dele, é um segundo mandato dele. Só ele pode responder essa pergunta”

Correio: Mas o senhor acha que estaria junto num segundo mandato?

“Isso é outra coisa que não posso responder. Porque não existe candidato a candidato a vice... O máximo que um vice pode fazer é não atrapalhar”.

Correio: O que o senhor responderia? (sobre a possibilidade de Lula convidá-lo para ser vice em um segundo mandato)

“Eu não sei. Poderei, mas não sei”

Correio: Por que não sabe?

“Tenho uma característica da qual não posso abrir mão. O nosso discurso de campanha ainda não assumiu o poder. A revolução a que me refiro é aquela que começa nesta política econômica com a qual não estou de acordo. Por quê? Porque ela mata, em minha opinião”.

A outra entrevista significativa de Alencar, pelo menos do ponto de vista dos trabalhos de face analisados neste trabalho, foi publicada na revista *Isto É Dinheiro* de 11 de maio de 2005 e chama a atenção pelo seu conteúdo. Depois de passar mais de dois anos atacando o próprio governo, levantando a bandeira dos empresários, batendo na política de juro e agindo como se não fizesse parte da equipe, ou se suas críticas não fossem problemas, ora usando estratégias de reparação de face, ora reclamando que não era ouvido, o vice afirma que pode ser candidato a presidente da República. É uma fala que abre brecha à interpretação de que, prèmeditadamente ou não, seus ataques renderam dividendos políticos e uma face de oposição que poderia levá-lo a disputar a eleição, concorrendo com o próprio Lula. **“Posso ser Presidente - Alencar admite, pela primeira vez, que pode disputar a eleição presidencial de 2006, revela seu plano para mudar a economia e diz o que é preciso fazer para derrubar os juro”** (*Isto É Dinheiro* – 11 de maio de 2005)

Dinheiro: O sr. acalenta o desejo de se tornar presidente da República para, enfim, colocar esse discurso em prática?

“Posso ser candidato à Presidência, se meu partido me der a legenda. Como dizia Neném Prancha (personagem mítico do futebol carioca nos anos 40), se a bola vier redonda, por que não? Se vier redonda, eu chuto”.

Nas entrevistas menores do dia-a-dia, Alencar manteve sua rotina de ataques ao governo a que continuou pertencendo, à política econômica e aos juro altos e nem os momentos críticos enfrentados pelo Planalto durante a crise política o fizeram parar. A prática de tanto de se repetir, parece ter sido incorporada à rotina do governo. Por ter se acostumado ou por ter problemas maiores para resolver, Lula deixou de gastar pólvora para se defender de seu vice. E Alencar manteve seu estilo de fogo amigo cheio de estratégias de contradição e muitas metáforas, como mostram mais alguns exemplos:

Na Presidência, Alencar ataca juro (*O Estado de São Paulo* – 09/04/05, p. A5)

“O presidente da República em exercício e ministro da Defesa, José Alencar, voltou à carga contra a política de juro, ontem. Em Palotina, noroeste do Paraná, ele interrompeu a leitura que fazia da mensagem enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – na qual Lula ressaltava a importância do agronegócio e do esforço do governo para equacionar as deficiências em infra-estrutura – para reforçar seu descontentamento com o caminho adotado pelo Banco Central (BC). *“Estamos fazendo esforço*

gigantesco (para investir em logística e infra-estrutura) . Mas o orçamento é curto porque sua principal rubrica é de juros com os quais eu não concordo” .

Interino, Alencar critica de novo política de juros altos (Folha de São Paulo 11/04/2005, p.A-7)

... “O Brasil precisa perder o medo de ser feliz. Precisa crescer, crescer e enriquecer-se”

Alencar culpa juros altos pela penúria das Forças Armadas (*O Estado de São Paulo*, 23/04/05, p.A-4)

“Isso (juros altos) está errado. Por isso não tem havido recursos para atender às necessidades essenciais, como por exemplo, educação, saúde, saneamento e também a recuperação das perdas das Forças Armadas e de outras categorias, incluindo os civis”.

“Governo Lula fez um pacto com o diabo” diz Alencar (*O Estado de São Paulo*, 12/10/05, p. A-16)

“Nós fizemos um pacto com o diabo”

“A política monetária não é austera do ponto de vista fiscal e é despropositada. Merece nota zero”

“Vamos perder o medo de ser feliz. Essa política monetária mantém o medo de ser feliz”

“A taxa pode ser de 100%, que ela não fará diferença para os bens administrados e para o cartel do petróleo da Opep”

Política econômica é “irresponsável”, diz vice (*O Estado de São Paulo* , 26/11/05, p. A-6)

“... Não é tempo de se praticar qualquer tipo de irresponsabilidade no campo econômico. Pelo contrário, irresponsabilidade é tratar da administração orçamentária da maneira como temos tratado. O Orçamento é altamente deficitário em função de um item, dos juros, que são estratosféricos, despropositados (a taxa básica foi baixada nesta semana para 18,5% ao ano)”.

“A dose (de juros) tinha de ser cavalhar porque a desconfiança era cavalhar em relação ao que aconteceria como Brasil. Isso poderia explicar o que chamo de pacto com o diabo”. E continuou: “O diabo é uma figura sobrenatural. Às vezes a imprensa pergunta: E quem é o diabo? O diabo é o diabo”

Alencar sobe tom e diz que juros são “crime” (*Folha de São Paulo*, 15/12/05, p. A8)

Sem citar Lula mas fazendo clara referência ao presidente, inclusive às acusações de Caixa 2 que àquela altura já pesavam sobre Lula e o PT, o vice diz é até possível delegar decisões sobre política econômica, mas não transferir a responsabilidade pelos resultados. Foi um ataque certo em Lula, que fugiu de qualquer res-

ponsabilidade sobre os crimes cometidos em seu governo. Ele cita sua empresa, onde nunca entrou um quilo de algodão sem nota como contraponto aos crimes de Caixa 2, confessados pelo grupo de Lula. E reafirma seu interesse em disputar a presidência.

“...Os patifes não me farão correr. Se for preciso, eu serei candidato. Se eu for chamado, eu serei candidato. Jamais serei candidato por eu mesmo. Isso não. Eu não posso, porque eu tenho 74 anos de trabalho ininterrupto e honesto, e na minha empresa nunca entrou um quilo de algodão sem nota e nunca saiu um metro de pano sem nota”

“... Esse instrumento é danoso para a nossa economia. É responsável pelo fato de estarmos gritando aqui ou nas casas onde não há pão. E precisamos crescer e reduzir esses juros a um patamar de padrão internacional. Nós estamos pagando dez vezes a taxa média básica real do mundo. Dez vezes. Isso é um crime”.